

REVISÃO DO
**PLANO
DIRETOR**
PALMAS - TOCANTINS

**ENCONTRO COMUNITÁRIO – ZONA RURAL:
SÃO JOÃO
2016**

1. DA METODOLOGIA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO

O procedimento deste Encontro Comunitário realizado na região de São João, Zona Rural - Município de Palmas-TO, consistiu em dois momentos distintos: o primeiro em uma reunião plenária, em que foram expostos os objetivos do encontro, que consistiu na coleta de informações para compor um relatório comunitário, que, juntamente com um posterior relatório técnico baseará o futuro diagnóstico do Município, que comporá as propostas para a elaboração da minuta de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas; foi explicitado que o momento seria destinado exclusivamente a ouvir à comunidade, seus anseios e necessidades. Explanou-se que as discussões estariam ocorrendo em três Eixos Temáticos: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS e, finalmente, Eixo FISCAL E GOVERNANÇA. O segundo momento ocorreu em salas temáticas, de acordo com cada eixo supramencionado.

A metodologia das salas temáticas consistiu em relatos, ponderações e diálogos que levaram a apontamentos nas tarjetas, enfocando os CONFLITOS, as POTENCIALIDADES e as SOLUÇÕES e, após a conclusão desses apontamentos, priorizou-se os principais conflitos, aclamados e aprovados pela maioria dos presentes. Todas as explanações foram relatadas em ata, a qual foi projetada para que os participantes acompanhassem o relato. Em casos específicos, procedeu-se ao uso de mapas e/ou aplicativos *Google Earth* para auxiliar na localização da região ou de pontos estratégicos.

2. DOCUMENTOS DA PLENÁRIA

2.1 ATA

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE PALMAS

ATA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO

ZONAL RURAL – SÃO JOÃO

Aos dezoito dias do mês de agosto de 2016, às 14h00min, reuniram-se nas dependências da Escola de Tempo Integral Marcos Freire, na região de São João, Zona Rural, - Município de Palmas-TO, os representantes da Prefeitura de Palmas os representantes sindicais locais, técnicos da Prefeitura e população local para discutirem a revisão do Plano Diretor de Palmas-TO. A reunião pública teve sua divulgação, através do Diário Oficial do Município de Palmas-TO. Às 14h26min a cerimonialista abriu a reunião agradecendo a presença de todos, explicando o que é o processo de revisão do Plano Diretor e quais são as etapas para sua conclusão; informou que as reuniões serão realizadas em sete endereços urbanos, 6 rurais e 7 segmentos da sociedade organizada. Quem iniciou as falas foi o Padre da paróquia de Taquarussu Grande que leu uma passagem bíblica e falou sobre união, e na longa caminhada que terão pela frente que só será vencida com união e com Fé em Jesus Cristo. Convidou a todos a ficar de pé, leu mais uma passagem e pediu que essas palavras alimentassem a tarde de todas as pessoas presentes e que todos consigam fazer um bom trabalho que venha à tona todos os anseios da comunidade; pediu a todos que rezassem o Pai nosso. A palavra foi passada para a diretora, Sra. Arlete dos Santos, que agradeceu a presença de todos, lembrando que esperava mais pessoas presentes no local, mas explicou que houve um problema com o transporte e que é um prazer receber a todos e que a escola é a casa de todos; pediu que todos participem falando que desejam para a cidade. O Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Prefeitura, Sr. Jose Messias, também presidente da Comissão de Revisão do Plano Diretor, começou agradecendo os presentes, e explicou o processo e o porquê de os técnicos estarem no lugar para ouvir as pessoas presentes; explanou sobre a obrigação de o Plano Diretor ser revisto a cada 10 anos e o porquê dessa necessidade. Explanou sobre a abrangência de um Plano Diretor, contando sobre a extensão do perímetro urbano, falou sobre muro em chácaras e a coisa ruim que ele traz como insegurança, a perda de visibilidade e barreira física para animais silvestres; citou que outra questão é a mobilidade e a freada do BRT e que apesar do projeto de implantação deste estar parada, uma hora a ideia será colocada em prática, explicando que um dos entraves era ele não constar no Plano Diretor. Explanou que o Plano Diretor trata também de loteamentos e levou à discussão de tamanhos de lotes, construção de prédios, como à impossibilidade de ser construído prédio em Taquaralto; viu tal fato como um problema, já que aquela região está bem desenvolvida. Falou sobre a densidade local e a valorização da Avenida Tocantins, que o Plano Diretor pode aumentar a quantidade de andares nos prédios daquele bairro.

Ele pediu que todos falassem o que os estão chateando nos seus locais, e que se deve partir do zero, conhecer a cidade e inspirar os técnicos através de suas opiniões para que eles possam elaborar a lei do Plano Diretor. Ele lembrou o que tem no atual Plano Diretor e que agora que todos sabem o que é um Plano Diretor, que eles têm conhecimento para cobrar que o Plano seja seguido e executado. Citou alguns agentes que fazem parte desse processo como o Ministério Público, OAB e FIETO. Falou da participação dos técnicos e lembrou que seu papel é fazer com que o processo seja participativo; encerrou agradecendo a todos. A cerimonialista chamou o Sr. Marcus Vinicius Bazoni para apresentar o processo. Ele iniciou dizendo que iria começar explicando o processo e a metodologia de trabalho que será realizada no local. Explicou dois conceitos do Plano Diretor e que ele tem que ser revisto pelo menos a cada 10 anos. Lembrou que o Plano Diretor abrange a área rural e urbana. O processo de revisão foi planejado em várias fases, sendo a primeira de planejamento, a fase atual que é a leitura da cidade feita pelos técnicos e a comunidade, onde os técnicos ouvem a população falando sobre problemas, potencialidades e soluções. Continuou falando que após a leitura da cidade será feito um diagnóstico do município para a criação de diretrizes que entrarão no projeto de lei para que, depois, seja encaminhada para a Câmara de Vereadores. Explicou que serão feitas várias audiências públicas com função deliberativa por parte da população. Sobre a tarde de trabalho ele dividiu em 3 eixos de discussão que são: Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, falou que haverá uma sala onde os técnicos acompanharão a discussão, outra sala com o tema Fiscal e Governança, onde a discussão está voltada para as finanças do município, impostos e como fazer um plano plausível para ser executado de acordo com as condições financeiras do município, a terceira sala tratará do tema Desenvolvimento Territorial, sobre o tema ele identificou que ele abrande o uso solo, serviços prestados pelo município como também equipamentos públicos, como escolas e posto de saúde, entre outras coisas. Lembrou que os técnicos vão intervir o menos possível e que sua função será ouvir e documentar. Chamou a Técnica Mônica da sala do Meio Ambiente. Um membro da comunidade pediu a palavra e perguntou por que não se foi discutido esse Plano anteriormente, e que porque justo agora em época eleitoral. O Secretário Sr. Jose Messias explicou que não há partidos ou candidatos ou sequer pessoas envolvidas em política participando do processo, e que esse é um momento para a população abstrair dos problemas que passaram e olhar para frente. Um membro da comunidade disse que eles não assinaram a lista, que já "engoliram" um aterro sanitário que a Prefeitura, em dado momento, queria retirar até o posto de saúde que existe na comunidade. Falou, ainda, que o colégio não possui condições de funcionamento e que a população deu o terreno para uma nova construção e, até o momento, não havia sido iniciada qualquer obra. Outro membro questionou sobre o IPTU progressivo e se algo de concreto foi feito com essa lei. O Secretário explicou que ele já está em ação, que algumas empresas já foram multadas e que, inclusive, já venderam terrenos; que a Prefeitura já notificou judicialmente algumas empresas e que a ferramenta já está em ação. O Sr. Pedro questionou seu IPTU caro. O Sr. Messias lembrou que depois que a lei for aprovada, os gestores terão acesso a essas diretrizes para resolver as questões. Às 15hs30min todos se encaminharam para as salas temáticas.

2.2 LISTA DE PRESENÇA DO ENCONTRO COMUNITÁRIO – PLENÁRIA



LOCAL: ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL MARCOS FREIRE

DATA: 18 DE AGOSTO DE 2016

6



LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL MARCOS FREIRE

DATA: 18 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
16	ELIAS MARTINS	SE DUA	63-2111-1113		☒ SIM () NÃO
17	Leandro Bezerra	Semed	63-92330141		☒ SIM () NÃO
18	Antônio dos Santos	SE DUA	63-99100-0787		☒ SIM () NÃO
19	MARCOS VIVIANO LARANJO	FMA	31-992370154		☒ SIM () NÃO
20	Gilmaria Aquino Silva	SE DUA	63 2111 1110		☒ SIM () NÃO
21	Isadora Gouveia da Silva	SE DUA	63-92805879		☒ SIM () NÃO
22	William Fabricio F. Leal	SE DUA	63 9279-5555		☒ SIM () NÃO
23	Ana Luiza D. Moura	ETI - Marcos Freire	63 92612367		☒ SIM () NÃO
24	Wilmington Costa de Cury	ETI Marcos Freire	63 92220949		☒ SIM () NÃO
25	Antonio Carlos dos Santos	ETI Marcos Freire	63 9255-6781		☒ SIM () NÃO
26	Didia Gomes Gouveia	E.S. Marcos Freire	63 98488-5075		☒ SIM () NÃO
27	André Luiz G. Carrazo	E.T.I Marcos Freire	(63) 9252-4362		☒ SIM () NÃO
28	Antonio Carlos dos Santos	ETI Marcos Freire	63 9255-6781		☒ SIM () NÃO
29	José Maurício B. B. B.	ETI Marcos Freire	(63) 98132-7165		☒ SIM () NÃO
30	Odemir R. Neto	ETI Marcos Freire	(63) 992834549		☒ SIM () NÃO



LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL MARCOS FREIRE

DATA: 18 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
33	Leandro Felício de Oliveira Jr	ETI Marcos Freire	leandrofelicio@gmail.com	<i>[Signature]</i>	☒ SIM () NÃO
32	Alfina 777 777 777	SEDES	mariaelena777@gmail.com	<i>[Signature]</i>	() SIM () NÃO
33	Blaine Toricelli Gleto	SEDES	elaine.c.leto@hotmail.com	<i>[Signature]</i>	☒ SIM () NÃO
34	Vanessa M.H. Silva	SE DUT	211 - 1130	<i>[Signature]</i>	() SIM () NÃO
35					() SIM () NÃO
36					() SIM () NÃO
37					() SIM () NÃO
38					() SIM () NÃO
39					() SIM () NÃO
40					() SIM () NÃO
41					() SIM () NÃO
42					() SIM () NÃO
43					() SIM () NÃO
44					() SIM () NÃO
45					() SIM () NÃO



LISTA DE PRESENÇA

LOCAL: ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL MARCOS FREIRE

DATA: 18 DE AGOSTO DE 2016

Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)	ASSINATURA	ALFABETIZADO
46	ANDRE LUIS CAMARGO CASTRO	FUP	99616898	Andre Castro	(X)SIM ()NÃO
47	Ingrid Barros Lopes	SEDUH	998467-5329	Ingrid Barros Lopes	()SIM ()NÃO
48					()SIM ()NÃO
49					()SIM ()NÃO
50					()SIM ()NÃO
51					()SIM ()NÃO
52					()SIM ()NÃO
53					()SIM ()NÃO
54					()SIM ()NÃO
55					()SIM ()NÃO
56					()SIM ()NÃO
57					()SIM ()NÃO
58					()SIM ()NÃO
59					()SIM ()NÃO
60					()SIM ()NÃO

2.3 FOTOS DO ENCONTRO COMUNITÁRIO - PLENÁRIA¹



¹ **Fonte:** Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016

3. DOCUMENTOS DOS EIXOS TEMÁTICOS

3.1 EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA

3.1.1 RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO

LOCAL: ZONA RURAL – SETOR SÃO JOÃO

EIXO TEMÁTICO: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA

DATA: 18/08/2016

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 2016, as 15h24min, na Escola de Tempo Integral Marcos Freire, na região de São João, Município de Palmas-TO, deu-se início os trabalhos do encontro comunitário relativo às discussões de revisão do Plano Diretor Participativo de Palmas, especificamente sobre o eixo temático DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E EIXO FISCAL E GOVERNANÇA. Inicialmente, foram apresentados membros da equipe, quais sejam: Robson Freitas – facilitador, Elias Martins – suplente, Vanessa Mitt Silva, Bruna Soares, Marli Noleto, Eraldo Carvalho e André Luis Camargo Castro como assistentes e Denise de Moraes Rech como relatora. Após, o facilitador Elias explanou a dinâmica dos trabalhos em que foram convidados os colaboradores do eixo de Fiscal e Governança, composto por José Augusto Junior e Luiz Amistrong; em seguida, o facilitador Robson explanou sobre a necessidade da revisão do Plano Diretor Participativo e da importância desse processo para a comunidade. Em seguida, o senhor Deusimar, funcionário da Escola Marcos Freire, informou que os moradores compram as terras, se desiludem e desistem de morar no local e migram para outras regiões, devido a problemas com o INCRA; que as famílias precisam e sonham com a legalização de suas terras para iniciar e continuar sua história no local; informa que as pessoas não obtêm documentação oficial das propriedades, apenas o Termo de Posse; afirma que as potencialidades são geradas no ato de acreditar no local, quais sejam: a profissionalização, a fixação das pessoas no local, sonhar com formas dignas de viver, compartilhado com as pessoas que chegam de outras localidades; destaca que um dos problemas é o acesso – as estradas não possuem asfalto, e que a poeira gera muitos problemas de saúde. Em ato contínuo, o senhor Roniel destaca que o aterro sanitário e a estrada de acesso são um problema, incluindo a falta de controle de velocidade dos veículos que ali trafegam, sem controle de velocidade (geralmente alta), gerando risco de acidentes; informa que são carros que se abastecem das pedreiras e também os caminhões de lixo que se dirigem ao aterro sanitário. Em ato contínuo, o senhor Ademir destaca que o PDP de 2007 contemplou as estradas vicinais e questiona que nesses nove anos não foi cumprido o que foi combinado – a pavimentação das estradas, a

conservação e construção da ponte; questiona ainda se a gestão que virá após as eleições seguirá as diretrizes propostas nessa Revisão do Plano Diretor em andamento; informa que há um movimento para promover o bloqueio das estradas como manifestação de protesto para que se resolva a questão da conservação das estradas; informa ainda que o posto de saúde está em risco de ser removido para 40 km do local atual, retirando esse benefício da comunidade; informa também que não há transporte público para atender a comunidade local; destaca que espera que essas solicitações cheguem a quem de direito para que sejam resolvidas tais solicitações. Em ato contínuo, o facilitador Robson explica que essas informações colhidas serão levadas para estudos e serem transformadas em lei. Em ato contínuo, a senhora Lúcia informa que a comunidade está cansada das cobranças que são feitas pela população e não são atendidas pelo poder público municipal; relata que a comunidade se reúne regularmente para discutir as demandas da comunidade e encontram-se revoltados com o não atendimento de suas demandas. Em ato contínuo, a arquiteta Marli explica que a população deve estar atenta às diretrizes do PPA. Em ato contínuo, o senhor Ademir questiona a data de produção do PPA, ao que a arquiteta Marli explanou a respeito, reiterado pela senhora Ana Neli, assistente social do município, que informa que em 2017 será revisado, o que ocorre todos os anos e que é direito do cidadão participar dessa revisão do PPA e participar ativamente, incluindo suas solicitações. Em ato contínuo, a senhora Elaine reitera que as datas são fixas e que a população deve tomar a iniciativa de procurar a sua efetiva participação no processo de revisão do PPA. Em ato contínuo, o facilitador Robson informa que os trabalhos serão temporariamente paralisados no período eleitoral. Em ato contínuo, o facilitador suplente Elias destaca que a questão fundiária rural é importante e um problema em várias comunidades rurais e precisa ser inserido no PDP em um instrumento urbanístico para resolver a questão. Em ato contínuo, o senhor Ademir retoma a palavra e informa que nos últimos anos a prefeitura deixou de fornecer o auxílio de equipamentos para preparar a terra, e que há produtores rurais utilizando-se de técnicas alternativas para suprir a falta e solicita esse serviço, que está gerando aumento no custo da produção e certamente no produto final. Em ato contínuo, o senhor Roniel diz que é necessária a diretriz aprovada, juntamente com o PPA, e que a população deve criar a cultura de participar ativamente das elaborações das leis para terem seus anseios atendidos. Em ato contínuo, o senhor Marcos destaca que a população deve se mobilizar, por ser a mais interessada e conhecedora da sua realidade e que a comunidade deve expor claramente suas necessidades para que esta seja transformada em lei para então ser atendida, devendo estar atenta à aprovação das leis e vigilantes na cobrança das execuções. Em ato contínuo, o senhor Pedro Alencar, presidente da Associação dos Assentados da Fazenda São João (102 famílias), informa que há uma demanda antiga não atendida pelas autoridades e que as famílias correm atrás dos programas nas secretarias do Município e do Estado e estes não os atendem, deixando o presidente da Associação sem credibilidade, onde se colocam em dúvida seu trabalho de busca de soluções para os problemas dos produtores associados; destaca ainda que a principal necessidade local é a conservação e pavimentação da estrada; informa que na gestão anterior as máquinas estiveram apenas duas vezes em todo o período de vigência da gestão e que na atual gestão também foram apenas duas vezes e o Estado fez a ponte,

melhorando a situação, porém existem mais bueiros a serem feitos (Taboca) e que os que foram executados pelos moradores já encontram-se em mal estado de conservação; informa ainda que havia uma verba de dois milhões para a finalidade, porém nunca a fizeram; que a Associação cedeu área para a construção de uma nova sede para a Escola Marcos Freire; destaca que há falta de apoio técnico subsidiado pelo Município para treinar os produtores rurais. Em ato contínuo, o senhor Luiz Amistrong sugere que a população destaque as potencialidades, ao qual o senhor Pedro informa que há produção de gado leiteiro, porém a fiscalização da Vigilância Sanitária apreende o leite e o descarta, havendo produtores que produzem de 40 a 100 litros de leite por dia; que outra potencialidade é a produção de mandioca, hortaliças, milho; informa que entrou em contato com uma empresa que industrializa doces de inhame e que ficaram interessados, porém não recebeu incentivo técnico e financeiro, desestimulando-os da tentativa de levar o projeto adiante; destaca ainda que há potencialidades para produção de mandioca e de banana, porém a terra é ácida e necessita de correção e para tanto, necessitam de suporte técnico; outro assunto que aborda é quanto ao posto de saúde, em que solicitam a reforma e a implantação dos equipamentos para um atendimento eficiente, o que desestimulam os médicos que desistem de atendê-los pela falta de estrutura de atendimento, desde as condições da estrada aos equipamentos hospitalares necessários, causando tristeza e sofrimento à comunidade; informa que a estrutura da atual escola não comporta o número de alunos e que a Secretaria Municipal de Educação chegou à conclusão de que há necessidade de construir nova escola, por não haver condições apropriadas para reforma (goteiras, instalação elétrica, hidráulica e estrutura precários); informa que há problema de falta de água na vizinhança e que existe um poço artesiano desativado que poderia ser reativado e suprir a necessidade, porém ainda não foi tomada a iniciativa. Em ato contínuo, a senhora Lúcia informa que há 230 alunos e há problema de distribuição de água aos moradores, causando muitos conflitos; declarou que fez a solicitação de perfuração de dez poços artesanais para a comunidade à Senadora Katia Abreu, através da Associação, porém não foram atendidos; informa também que a Associação possui um mapa de todo o assentamento, podendo fornecer uma cópia do mesmo ao Instituto de Planejamento; informa também que há 3 horários de transporte coletivo (manhã, meio dia e noite), trafegando com ônibus precários. Em ato contínuo, o senhor Eliel Gomes informa que os ônibus trafegam com as janelas abertas, o que sujaram seu interior e os usuários, que não conseguem manter-se limpos para chegar aos seus trabalhos, e reforça a prioridade da conservação das estradas para facilitar também as entregas dos produtos gerados na região. Em ato contínuo, a senhora Lúcia informou que os poços e o córrego estão secando devido ao excesso de uso em piscicultura, desmatamento de mata ciliar, assoreamento do mesmo. Em ato contínuo, a arquiteta Vanessa pergunta se o comércio local é suficiente para o abastecimento dos moradores, ao que foi respondido por todos que existe minimamente o essencial, e não há agências bancárias. Em ato contínuo, o facilitador Robson informa que passará para o momento de priorização dos conflitos, exemplificando; em seguida, o tema eleito como principal prioridade foi o da conservação das estradas; em ato contínuo, elegeu-se como segunda prioridade a ineficiência dos serviços (posto de saúde, escola, ônibus); a seguir, o terceiro conflito eleito foi a questão da água; o quarto

conflito eleito foi a necessidade de suporte técnico ao produtor rural. Em ato contínuo, o facilitador agradeceu a participação e o empenho de todos e deu por finalizada a reunião. E sem mais, eu, Denise de Moraes Rech_____ finalizo o relatório às 16h33min.

Composição da Equipe Técnica:

Facilitador 1: ROBSON FREITAS CORREA –
Arquiteto e Urbanista.

Facilitador 2: ELIAS MARTINS NETO –
Arquiteto e Urbanista.

Relator: DENISE DE MORAES RECH –
Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 1: VANESSA MITT
SILVA - Arquiteta e Urbanista.

Assistente de Relatoria 2: MARLI RIBEIRO
NOLETO - Arquiteta e Urbanista.

Assistente 1: ERALDO LUIS LOPES
CARVALHO - Arquiteto e Urbanista.

Assistente 2: ANDRÉ LUIS CAMARGO
CASTRO - Arquiteto e Urbanista.

Colaboradores – Eixo Fiscal e Governança

JOSÉ AUGUSTO JUNIOR – Gestor Público

LUIZ AMISTRONG DOS SANTOS MELO –
Gerente de Alterações Orçamentárias



3.1.2 LISTA DE PRESENÇA DO EIXO

REUNIÃO COMUNITÁRIA PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

Local: São João
Eixo: Desenvolvimento Territorial, Política Social, Regulação e Zonamento Fundiária

Data: 18/08/16
Hora:

Nome	Endereço	*	Ocupação	Contato	Assinatura
Ana Lúcia D. Moura	ETI - Marcos Freire		professora	92612367	
José Marcos Ladeira	SEDES		Supervisante	984597065	
Lígia D. dos Santos	ETI - Marcos Freire		Servidora Exter.	99238-0266	
Admar de J. Rodrigues	1206 Sul, Al. 4		Servidora Pública	8457 8808	
Rúcia Maria	ETI Marcos Freire		Professora	92398781	
Raniel da Silva	Chacara Água Viva		Pedreiro	98756398	
DEUZIMAR RIBEIRO PINTO	Rua 22, Quad 41 LT 12 J.A. III		Orientador	98480-7202	
Clara Zeri 777.0695	SEDES		Técnica	2711-3311	
MARCELO DE SOUZA CETO	LIFT - GESPOL		professor	98105 7755	
Elaine Terrelli	SEDES		Técnica	98131-3175	



Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
Arlete Gomes de Sá	ETI - marcos góes	Diretor	(63) 984477053	
Thiery Armstrong	see. FINANÇAS	func. público	(63) 98433.2228	
Antonio Lima Pereira P				
Edl Zoaal - sítio	C. RECAITO DOS BURGUESIS	AGRICULTOR	98439994	
Regino da S. Alencar	Escola marcos góes	Agricultor	81113460	
Edino José Alv			992723297	
Wendel L. Noleto	JRUP	ACQUISIÇÃO		

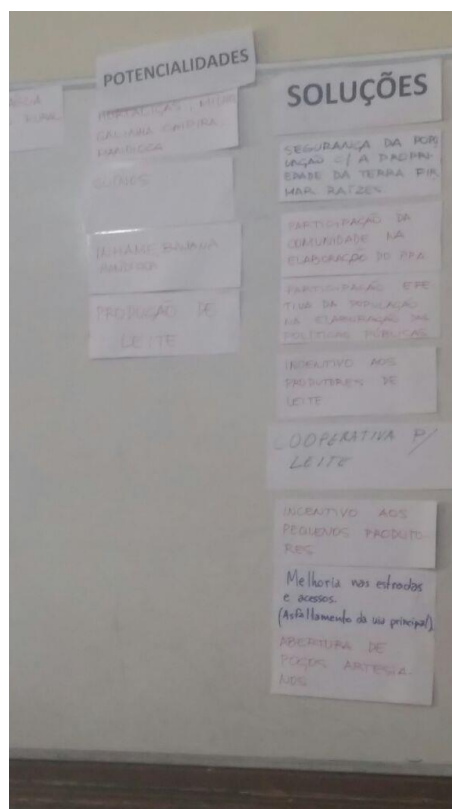
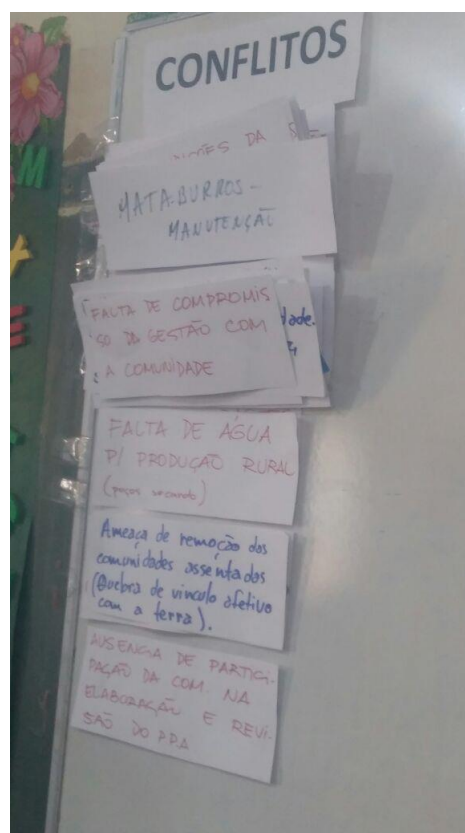


Nome	Endereço	Ocupação	Contato	Assinatura
Adilei Gons de Sá	PTI - marcos Freire	Diretor	(63) 984477033	
Thiiz Armstrong	sec. FINANÇAS	func. público	(63) 98433.228	
Antonio Luiz Pereira P				
Edi Gonal - Diretor	C. RECAÍTO DOS BARRIOS	AGRICULTOR	98449984	
Regino da S. Alencar	Escola marcos Freire	Agricultor	81113460	
Edim - Sr. PLZ			992723297	
Wlad L. Voleto	JRUP	ACQUISIÇÃO		

3.1.3 FOTOS DA SALA DO EIXO²



² Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016



3.1.4 TABELA – DEMANDAS DA COMUNIDADE

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente na sala temática de Desenvolvimento Territorial, bem como do eixo Fiscal e Governança, conforme tabela abaixo:

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL/FISCAL E GOVERNANÇA – SÃO JOÃO		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
1. Más condições das estradas	A - Suínos	Incentivar os produtores de leite
1.1 Manutenção dos mata-burros	B - Produção de leite	Efetivar a participação da população na elaboração das políticas públicas
1.2 Más condições da estrada que impedem a chegada de servidores de saúde	C - Hortaliças, milho, galinha caipira, mandioca	Melhorar os serviços de comunicação (internet e telefonia móvel)
1.3 Falta de condições para escoamento da produção	D - Inhame, banana, mandioca	Fornecer ônibus com ar-condicionado (poeira)
1.4 Falta de patrula nas estradas (mais frequente)		Abrir poços artesianos
1.5 Falta de pontes e bueiros nas estradas (Ponte do Taboca)		Melhorar as estradas e acessos (Asfaltamento da via principal)
1.6 Manutenção das estradas vicinais e pontes		Incentivar os pequenos produtores
1.7 Sinalização das estradas		Formar cooperativa dos produtores de leite
1.8 Velocidade excessiva dos caminhões de lixo		Incentivar a participação da comunidade na elaboração do PPA
1.9 Problemas respiratórios devido a poeira		Assegurar a propriedade da terra para a população. Firmar raízes.
1.10 Transporte coletivo insuficiente devido condições das estradas		Qualificar os produtores rurais

2. Ineficiência dos serviços públicos (posto de saúde, escola, ônibus)		
2.1 Falta de compromisso/atenção da gestão/administração pública com a comunidade (infraestrutura, transporte, saúde e serviços)		
2.2 Falta de atenção da Câmara de Vereadores com a região		
2.3 Ausência de participação da comunidade na elaboração e revisão do Plano Plurianual		
2.4 Construção da Escola (Novo prédio) no terreno da associação		
2.5 Falta de manutenção dos edifícios e equipamentos das escolas da região		
2.6 Reforma e fornecimento de equipamentos para a saúde		
2.7 Falta de estrutura para o atendimento de saúde (reforma do prédio, falta de equipamentos e servidores)		
2.8 Falta de atendimento médico para a comunidade do São João nas unidades de saúde de outras regiões		
2.9 Falta de estrutura, médicos e medicamentos na unidade de saúde da região		
2.10 Ausência de posto de saúde		
2.11 Transporte inadequado do lixo		
2.12 Assentamentos ao lado do aterro (posteriores a criação do aterro)		
3. Falta de água para a produção rural (poços secando)		

3.1 Falta de abastecimento e distribuição de água		
4. Falta de apoio técnico para os produtores rurais		
4.1 Gradeação de terra - Falta de maquinário para a produção rural		
4.2 Falta de suporte técnico da prefeitura		
Comércio insuficiente		
Regularização fundiária, falta de documentação (INCRA)		
Ameaça de remoção das comunidades assentadas (quebra de vínculo afetivo com a terra)		

3.2 EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

3.2.1 RELATÓRIO

RELATÓRIO DE ENCONTRO COMUNITÁRIO

LOCAL: ZONA RURAL – SETOR SÃO JOÃO

EIXO TEMÁTICO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DATA: 18/08/2016

A reunião iniciou às 15h21min, com a apresentação da equipe técnica que conduzirá os trabalhos na sala, composta pelos engenheiros ambientais Mônica Rodrigues, Diêverson, Loane Ariela, e o geólogo Marcos, sobre como será a revisão do Plano diretor, e da etapa de leitura comunitária que trata dos trabalhos em andamento no dia. Após, pede para que todos se apresentem dizendo o nome e ocupação. Em seguida, a facilitadora expõe sobre a idoneidade da equipe técnica quanto ao período político e da boa-fé em estarmos realizando esses trabalhos. Inicia o estímulo do grupo a manifestarem quanto aos problemas da região. Um morador expressa sobre a vontade de retirar o "lixão" do local, que não traz benefícios para a região. Aponta ainda os prejuízos quanto à presença de aves "carcarás" que comem galinhas, bezerros novos, e outros. Outra moradora ressalta que o Aterro é a referência de localização dos loteamentos próximos, o que desestimula as pessoas a investirem na região, que é possivelmente associado a um possível preconceito dada a presença do Aterro. Informa ainda que os 'urubus' usam o córrego Retiro, que desagua no córrego São João, poluindo aquelas águas. Em seguida, outro morador, volta a falar sobre o Aterro, destacando que não foi feito estudo para identificação do nível do lençol freático antes de sua implantação, e alega que o nível existente não permitiria sua instalação no local. Informou ainda que realizou análise de água em pontos a jusante do Aterro, que detectaram contaminação. Informou ainda que por lei não é permitido instalar Aterro em áreas de assentamentos. Disse que os procuradores já vieram na região, mas não sentem que algo tenha sido feito, se sentindo desassistidos. Relatam ainda sobre a grande presença de 'moscas', que causam grandes transtornos. Relata ainda sobre uma reunião junto a um promotor estadual, que expressou que se fosse preciso, mataria 100 para preservar 1000, o que foi motivo de assombro por parte da população. Outra moradora informa que foi realizada análise de água de poços em residências dos moradores, cujo resultado é desconhecido pela população, gerando desconfiança nesta. Outra moradora expressa que o INCRA assentou 7 famílias em frente ao lixão, há dois anos atrás, com toda documentação que comprove a legalidade do assentamento, porém, após denúncias da situação, e outros acontecimentos, foram informados pelo INCRA que estavam assentados lá provisoriamente, trazendo insegurança

e desconfiança a população. Outro morador relata sobre o assoreamento do córrego "São João", e que o rio "Taboca" teve suas nascentes secas este ano. Outro morador se posiciona em pé na sala para contar sobre como era o córrego "Taquarussuzinho" há cerca de 15 anos atrás, que apresentava grande volume de águas, e que hoje a área é ocupada por uma grande fazenda, alegando que essa ocupação prejudicou seu volume. Informa ainda sobre o lançamento direto de esgoto nas águas. Fala ainda que a mesma situação é identificada no córrego. Fala ainda da cachoeira "Roncadeira", cuja cabeceira está toda ocupada por lotes de 1000m². Alerta que daqui 10, 20 anos, Palmas ficará sem água, o que remeterá a utilização da água do lago para abastecimento. Outro morador informa sobre o problema em construir casas que são prejudicadas pelas atividades das pedreiras, que quebram suas estruturas. Alega que não é viável construir gessos, pois esses racham devido as explosões. Outro problema é quanto à quantidade de terra depositada nos córregos, oriunda da mesma atividade, bem como a quantidade de poeira gerada. Outra moradora relata sobre a abundância de água no inverno e falta desta na seca. Relata que há muitas nascentes nos assentamentos, bem como na área do Aterro. Porém, a água sendo poluída vai para o "São João" e posteriormente ao lago. Solicita apoio para produção. Relata ainda da ocorrência de minas de água no meio do pasto, mas que não é explorado por falta de apoio técnico. Outra moradora relata sobre desvio de água, da região do lixão para baixo, por proprietário de fazenda da região. Indica ainda que de onde vem o São João, há atividades que estão fazendo ele secar. Em seguida, levanta a problemática sobre as queimadas. Há ainda denúncia de utilização de água por proprietários, em detrimento de outros. A facilitadora explica os problemas e procedimentos quanto a aprovação de uso da água, informando que o uso observado pode ser irregular. A moradora solicita fiscalização mais efetiva dos órgãos competentes para o assunto. É informado pelos técnicos da sala que as denúncias sobre meio ambiente podem ser realizadas tanto ao Naturatins quanto à Fundação de Meio Ambiente. Outra moradora fala dos problemas no assentamento União, que sofre com grande barulho das explosões das pedreiras, por vezes ocorridas ao adentrar da noite, além da poeira, que são problemas diferentes dos assentamentos São João, que estão relacionados com moscas e mau cheiro. Apontam que tiveram que construir cisternas para abastecimento de água, pois as nascentes, de onde usavam a água, secaram. Solicitam subsídios para construção de poços. Solicitam a reabertura do poço no antigo laticínio, mas outro morador alega que a água é contaminada. Após as várias manifestações dos moradores sobre os conflitos, a facilitadora estimula a manifestação sobre as potencialidades na região, ressaltando que já foi identificado que a produção agropecuária já é realizada, e eles informam que necessitam de mais apoio técnico para implementar a produção. Informam que foi prometido um curso de piscicultura e hortaliças em geral, pelo SENAR, mas o técnico compareceu por poucas vezes não aparecendo mais. Informam ainda que a secretaria de agricultura do município, e o senhor Pimentel da Ruraltins, garantiram que se a população precisasse de técnicos para tal, estes seriam disponibilizados, o que foi cumprido por estes enviando o técnico que levou a assistência solicitada. Porém, alegam que apesar do apoio,

eles não têm condições financeiras, ou mesmo água, para executar o que o técnico orienta. Fala que a maioria dos agricultores da região, ao invés de produzirem, estão indo para a cidade trabalhar para sustentar a chácara, não executando a agricultura familiar. Requerem verbas para ajudar na agricultura. Sobre as estradas, relembra que foi prometido asfalto até o colégio, porém não foi cumprido. Ressaltam ainda sobre a má condição das estradas e pontes. Indicam ainda a problemática na estrutura da escola, que tem muitas goteiras, remetendo a dispensa dos alunos durante o período de chuvas, para evitar possíveis acidentes com as crianças. Durante esse período de chuvas, informam que as estradas ficam intransitáveis. É relatada a dificuldade em acesso dos ônibus em algumas regiões, devido a má condição das estradas. Alegam que a manutenção que identificam nas estradas se dá apenas até a entrada do Aterro. Sobre as queimadas, alegam que os focos de queimadas não são devidamente controlados, demonstrando frustração quanto à eficiência dos serviços prestados pelos bombeiros, quando estes foram a região para atendimento de um dos chamados da população. Informam que os moradores é que precisam tomar providências contra o avanço do fogo, para proteger as residências e produções. Solicitam qualidade nos postos de saúde, como atendimento por dentistas. Informam que há 3 agentes de saúde, mas que não há remédios. A enfermeira do Posto está afastada por problemas de saúde e não foi substituída. O médico, quando vem, é uma vez na semana, e se nega a atender mais de 15 pessoas por dia. Uma moradora informa ainda que foi a outra região, fora de seu endereço, para tratamento médico e disseram que não poderiam atendê-la por ela morar em uma região atendida por um médico que prestava atendimento 3x por semana, o que não é comprovado pela população. Marcelo, um cidadão presente na sala, colabora na solução sobre as queimadas, ressalva que além da melhoria da eficiência dos bombeiros, poderia ser feita capacitação e investimento em equipamentos para que os próprios moradores pudessem agir na eliminação dos focos. Sugere a criação de uma brigada local ou mesmo uma rede de brigadistas local, para tal. Em determinado momento, a facilitadora recebe tarjetas vindas de outra sala com conflitos levantados na área de Meio Ambiente, apontados em outra sala, e submete ao grupo para apreciação. As tarjetas tratam sobre os córregos que estão secando, sugerindo que esse problema se dá pela piscicultura e construção de poços, porém os moradores presentes na sala não concordam com essa ideia, alegando que a construção dos poços é algo recente, o que remete a desconsideração deste conflito daqueles que seriam considerados para o Meio Ambiente. Os facilitadores leem novamente todos os conflitos elencados, e todos concordam que tudo o que foi falado na sala está registrado. Prossegue-se os trabalhos com a leitura das potencialidades e soluções apresentadas, e todos concordam que o que foi lido contempla as ideias apresentadas. Sobre a saúde, há ainda a sugestão de que seja montada logística para evitar que as agentes de saúde da região tenham que se deslocar em grandes distâncias para registrar as ocorrências, e sugere que seja melhor estruturada a comunicação entre o posto e a central da saúde. Solicitam ainda apoio técnico para comprovar que os alimentos produzidos na região não estão contaminados pelo Aterro. Após a leitura, é iniciada a identificação no *google earth*, dos locais em que foram citados

os conflitos. Durante a leitura, mais duas sugestões (tarjetas) de outras salas são apresentadas a grupo, sendo elas, “desvio de água por barragem” e “questionamento sobre o local do aterro sanitário - desvaloriza a terra”. O grupo concorda que os dois são conflitos identificados na região, e as duas são inseridas entre os conflitos na área de Meio Ambiente, pois já tinham sido citadas durante a reunião. A facilitadora pede ainda aos presentes que assinem a lista de presença, para comprovação da participação de todos, o que é atendido por todos. Após a identificação dos locais dos conflitos e troca de outras informações entre moradores e técnicos, é solicitado que os presentes preencham em papéis fornecidos pela equipe técnica, o que esperam da região para daqui 10 anos o que leva a alguns do grupo a manifestações verbais, além das escritas, momento em que um dos moradores, de 80 anos, expressa sobre a vontade de produzir leite e que essa atividade fosse continuada nem que seja por seus familiares, caso ele não estivesse mais presente em 10 anos. A reunião se encerra às 16h21min, com o agradecimento, pela equipe técnica, da presença de todos e, manifestação de alguns moradores, com muita educação e gentileza, da satisfação com os trabalhos realizados. Como última informação oriunda dos moradores, após o término da reunião, é informado por outro morador, o padre, que levantou informações com equipe da Secretaria Municipal da Educação, que há uma área de 20.000m² para a construção de nova unidade escolar, que está dependendo da liberação do SIMEC para abertura de nova adesão para construção de escolas.

Composição da Equipe Técnica:

Facilitador 1: Mônica Rodrigues da Silva – Engenheira Ambiental.

Relator: Loane Ariela Silva Cavalcante – Engenheira Ambiental.

Facilitador 2: Marcos Vinício Cardoso – Geólogo.

Assistente de Sala: Diêverson Martins dos Reis - Engenheiro Ambiental



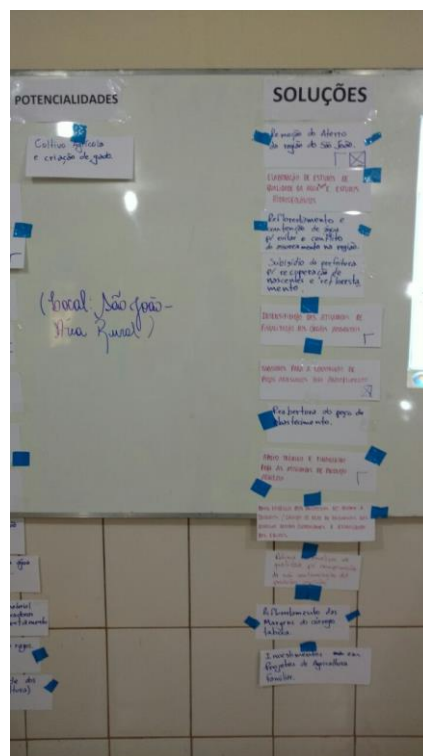
3.2.2 LISTA DE PRESENÇA DO EIXO

REVISÃO DO PLANO DIRETOR PALMAS - TOCANTINS LISTA DE PRESENÇA LOCAL: ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL MARCOS FREIRE EIXO: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS DATA: 18 DE AGOSTO DE 2016					ASSINATURA	ALFABETIZADO
Nº	NOME COMPLETO	ENDEREÇO	CONTATO (EMAIL/ TELEFONE)			
	André Luis C. Moreira	UF	(84) 38835-2745			X) SIM () NÃO
	Francisca Gurgande A. Rego					() SIM () NÃO
	maison A. dos Santos coordina					() SIM () NÃO
	marialuiza dias dos santos					() SIM () NÃO
	Yasmin Topolos Santos					() SIM () NÃO
	Bento da Sil					() SIM () NÃO
	Raimundo Luis P. da Ch. Salazar Lot. 412					X) SIM () NÃO
	marcelo dos Santos Cleto	UF - GSED	98105 7755			() SIM () NÃO
	Yago Pinheiro da Rocha	São João	199 2079117			() SIM () NÃO
	Yedio de S. Alencar	São João	8111 3460			() SIM () NÃO
	Pe. Wilson Bezerra	S. João	63-992330191			() SIM () NÃO
	Maria de Jesus S. da S		992 344107			() SIM () NÃO
	Melma Sebastiana Ferreira		99230-4502			() SIM () NÃO
	Adelino F. da Silva da Paixão					() SIM () NÃO
	Reduimbo Alves de Azevedo	F. Santa Luzia, P. A. S. S.	99273-86229			() SIM () NÃO

3.2.3 FOTOS DA SALA DO EIXO³



³ Fonte: Prefeitura Municipal de Palmas – IPUP/Secretaria de Comunicação - 2016



3.2.4 TABELA – DEMANDAS DA COMUNIDADE

Como parte da metodologia de análise, procedeu-se a sistematização das contribuições da comunidade expressadas oralmente na sala temática de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, conforme tabela abaixo:

MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS – SÃO JOÃO		
CONFLITOS	POTENCIALIDADES	SOLUÇÕES
Existência do “Lixão” (conflito de vizinhança)	A - Cultivo agrícola e criação de gado	Remoção do Aterro da região do São João
Seca do Córrego Retiro e Córrego Taboca (afluentes do Córrego São João)		Elaboração de estudos de qualidade da água e estudos hidrogeológicos
Nascente dos córregos estão secas (Retiro e Taboca)		Reflorestamento e contenção de água para evitar o conflito do assoreamento na região
Presença de Carcarás atraídos pelo Aterro (predadores de galinhas)		Subsídio da prefeitura para recuperação de nascentes e reflorestamento
Contaminação da água por animais (urubus)		Intensificação das atividades de fiscalização dos órgãos ambientais
Ausência de laudos hidrogeológicos para a construção do aterro (nível de raso)		Subsídios para a construção de poços artesianos para abastecimento
Preconceito com relação a produção agrícola devido ao “lixão”		Apoio técnico e financeiro para as atividades de produção agrícola

• Contaminação da água (lençol freático) abaixo do aterro sanitário (comprado por análise)		
• Presença de insetos (moscas) e odores devido à presença do aterro		
• Falta de clareza e publicidade referente às análises de qualidade da água (gerando desconfiança)		
• Assoreamento dos córregos (São João, Taquaruçu e Taquaruçuzinho)		
• Contaminação das águas por óleo de motor/bomba		
• Falta de água para consumo humano		
• Ligação clandestina de esgoto nos córregos Taquaruçuzinho e Taquaruçu Grande		
• Existência de loteamentos ao lado da nascente de córregos (Taquaruçuzinho)		
• Presença de pastagens e residências ao lado das nascentes de córregos (ex.: Taquaruçuzinho)		
• Atividade de Mineração prejudica as fundações das casas (detonações e extração)		

• Poluição do ar por material particulado provenientes de atividades de mineração		
• Contaminação dos córregos com nascente no lixão		
• Desvio do Córrego São João		
• Queimadas na região do São João		
• Captação irregular de água no Córrego São João		
• Poluição do ar por material particulado das mineradoras e por poeira no assentamento União		
• Seca dos poços rasos		
• Descontinuidade dos projetos (Piscicultura)		